



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0291/15	DATA: 14/04/2015	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 15h13min	TÉRMINO: 17h09min	PÁGINAS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR - Pesquisador integrante da Coordenação de Gênero e Raça, da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

SUMÁRIO

Debate sobre dados a respeito de violência e juventude e sua conexão com a questão racial e com a pobreza e sobre os custos sociais da violência contra jovens negros e pobres. Prestação de depoimento. Apreciação de requerimentos e agendamento dos trabalhos da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Leituras não conferidas, por falta de material.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar Inquérito destinada a investigar a violência contra jovens negros e pobres.

Nós vamos passar ao item 2 da pauta, que é a nossa audiência pública.

Esta audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito é resultado da aprovação do Requerimento nº 4, de 2015, de minha autoria, Deputado Reginaldo Lopes. Informo que, durante a fala do convidado, não haverá apartes. Os Deputados interessados em interpelar o convidado deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão.

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Antonio Teixeira de Lima Junior, pesquisador da Coordenação de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. Antonio Teixeira, por 30 minutos.

O SR. ANTONIO TEIXEIRA DE LIMA JUNIOR - Boa tarde a todas e a todos.

É com grande prazer que eu venho aqui falar sobre um tema que tem sido objeto de constante reflexão e pesquisa por parte da coordenação que eu integro, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA.

Gostaria de agradecer imensamente o convite, porque este é um assunto que não pode sair de pauta, uma vez que a realidade o coloca o tempo todo às nossas vistas, todos os dias.

Em geral, o IPEA, quando é convocado a pronunciar-se sobre algo, sobre algum tema, é convocado a apresentar dados. Independentemente da matéria em apreciação ou do assunto que esteja colocado em pauta, nós somos instados a revelar sempre o real, a partir de sua evidenciação numérica.

Essa perspectiva se escora numa certa identificação clássica da objetividade e da cientificidade com os métodos adotados pelas ciências duras, as ciências matemáticas. Então, um número ou uma fórmula matemática garante a cientificidade e goza, socialmente, de uma espécie de pressuposto de verdade, como se fosse capaz de representar, de corresponder fielmente ao real do que pretendemos analisar.



Assim, de assuntos como a morte de jovens até dados estatísticos sobre gastos de políticas X, Y ou Z, somos instados a apresentar dados, com uma interpretação, sobretudo, suportada em números.

Eu não vou me furtar a fazer isso, mas eu preciso refletir com vocês a respeito deste tema e das diferentes formas de chegar até ele, compreendê-lo e analisá-lo. Trarei os dados, mas não só eles.

O tema desta CPI é a violência contra jovens negros e pobres, suas causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos. Então, eu vou começar a tatear esse assunto, apresentando alguns dados preliminares que, talvez, alguns de vocês já conheçam, mas que eu acho fundamentais para compreendermos, inclusive, algo que foi pedido que eu abordasse, os custos sociais dessa violência.

Então, vamos apreciar, primeiro, de forma um pouco panorâmica, os dados que existem a respeito da violência, da juventude e sua conexão com a questão racial e com a pobreza.

O primeiro registro acredito que muitos de vocês já sabem. No País, são assassinadas, em média, 53 mil pessoas por ano; 9 mil cometem suicídio; e 10 mil são vitimadas de forma violenta por alguma causa indefinida pelo Estado.

Sabemos que parte desses 10 mil homicídios que são considerados de causa indefinida pelo Estado envolvem a população negra. Existe um estudo, inclusive feito pelo IPEA, que mostra que esses homicídios ocultos, na verdade, trata-se de homicídios praticados contra a população negra. Depois eu posso disponibilizar esse estudo para quem tiver interesse.

Sabemos também que a mortalidade violenta vem crescendo nos últimos anos, nas últimas décadas, de forma significativa e que as taxas de homicídios estão se concentrando cada vez mais na parte esquerda do gráfico. Ou seja, está morrendo cada vez mais gente mais cedo. Se fossemos desenhar um gráfico, o número de mortes se concentraria à esquerda. Nos anos 80, isso era distribuído, de forma um pouco mais equânime, no conjunto da população, por faixa etária. Nas últimas décadas, tem-se intensificado a morte concentrada na população compreendida entre 18 e 24 anos, com pico em 21 anos, segundo dados que estão aí disponíveis.



Vocês também devem saber, de acordo com o Mapa da Violência de 2014, que, no período entre 2002 e 2012, houve queda da taxa de homicídios da população branca, mas não da população negra. Enquanto entre os brancos houve uma queda de 24,8% na taxa de vitimização, entre os negros houve aumento de 38,7% no mesmo período. Ou seja, temos diferentes dinâmicas atuando no fenômeno violência que precisamos compreender. E precisamos compreender quais são os determinantes e os marcadores que estão influenciando essas taxas de forma diferente para grupos sociais diferentes no Brasil.

Sabemos que a taxa nacional de homicídios no País permaneceu basicamente estável nesse mesmo período. Saímos de 28,9 mortes por 100 mil habitantes para 29 mortes por 100 mil habitantes. Ou seja, está diminuindo para os brancos e está aumentando para os negros a taxa de vitimização. Isso significa dizer que o sistema penal brasileiro, o sistema de controle e repressão brasileiro tem intensificado o seu caráter seletivo, que é uma característica histórica, diga-se de passagem. Não surgiu agora, mas tem-se tornado cada vez mais intensa. Isso os dados estão apresentando. Traduzindo em números, o próprio Mapa da Violência revela que nesse período entre 2002 e 2012 morreram 72% mais negros do que brancos, uma consequência lógica da intensificação do princípio da seletividade.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014, 68% das pessoas que morrem de forma violenta no Brasil são negras. Vamos compreender então essa violência. Esse mesmo Anuário de Segurança Pública nos revela que, entre 1983 e 2012, 11.090 pessoas foram mortas pelas polícias norte-americanas, todas elas juntas. No Brasil, entre 2009 e 2013, foram 11.197 pessoas mortas. Ou seja, em 5 anos, a polícia brasileira matou mais do que as polícias norte-americanas levaram 30 anos para executar.

E nós sabemos, diga-se de passagem — e aí vou fazer um parêntese — que esses dados sobre mortes relacionadas à atividade policial são subnotificados no Brasil.

Um relatório produzido por esta Casa, na CPI do Extermínio no Nordeste, revela, por exemplo, que 80% dos crimes promovidos por grupos de extermínio no Brasil têm a participação de policiais e de ex-policiais. Ou seja, as estatísticas de



letalidade ligada à ação policial são maiores do que os dados que possuímos hoje conseguem revelar.

Uma nota técnica elaborada pelo próprio IPEA alguns anos atrás, chamada *Vidas Perdidas e Racismo no Brasil*, mostra que se considerarmos todas as violências letais, ou seja, homicídios, suicídios e acidentes, os homens negros são os que apresentam a maior perda de expectativa de vida no Brasil. São 3,5 anos de vida perdida pelos negros, em média, contra 2,57 dos homens brancos; ou se quisermos considerar de outra forma, homens de outra cor ou raça. Proporcionalmente, essa diferença é ainda maior, se considerarmos apenas os homicídios, porque os homens brancos morrem mais de acidentes de trânsito. Os homens negros morrem mais por homicídio. E essa taxa de homicídios é mais aguda nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Um importante componente também, para entendermos essa violência no Brasil e suas diferentes formas de expressão, são os dados sobre a população carcerária. Essa é uma outra forma de computar as mortes que o sistema penal impõe às pessoas que vivem no Brasil.

A população carcerária brasileira, segundo o Conselho Nacional de Justiça, o CNJ — esse é o dado mais atualizado que eu tenho, pelo menos, de alguns meses atrás —, atingiu 711.463 presos, dos quais 147.937 estão em prisão domiciliar. Do total de presos, temos nada menos do que 32% deles em condição provisória, ou seja, sem julgamento definitivo. E o IPEA divulgou um estudo, há 2 anos, mostrando que 95% das comarcas no Brasil ou têm defensores em quantidade insuficiente, ou não têm defensores. Ou seja, nós estamos falando de um elevado contingente populacional preso sem julgamento definitivo e sem direito à ampla defesa e ao contraditório, porque não temos defensores públicos para todos. E sabemos, também, que 61% do total de presos, no Brasil, são negros, não é?

Esses números colocam o Brasil no terceiro lugar do *ranking* mundial de população carcerária. Esse dado também é bem conhecido. Mas se considerarmos o número de mandados de prisão em aberto, poderemos ter uma população carcerária que supera 1 milhão de pessoas. Ou seja, nós estamos falando de uma política massiva de encarceramento e de morte, porque junto com a morte daqueles



que são presos também morrem aqueles que ficam do lado de fora e têm que suportar todas as dores desse processo. Todo o mundo aqui sabe disso.

Um estudo feito por um grupo de estudos da UFSCAR, o Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos, sobre mortes provocadas por policiais do Estado de São Paulo, mostra que, entre 2009 e 2011, 61% das vítimas de abordagem policial eram negras e jovens entre 15 e 29 anos, no Estado de São Paulo. Em outras palavras, morrem três vezes mais negros do que brancos no Estado de São Paulo. E o dado relevante — nós já sabemos isso por outros dados, mas esse é um dado relevante da pesquisa que precisa ser conhecido — é que os policiais autores das mortes são majoritariamente brancos, 79%. E, dos inquéritos instaurados pela polícia, nada menos do que 94% foram concluídos sem nenhum indiciamento. Entre os argumentos inscritos nos inquéritos policiais, 73% consideraram não haver homicídio cometido por policiais. Houve gente morta, mas não houve homicídio.

Esse mesmo estudo aponta que é sobre a população negra que recai a maior vigilância policial, em consonância com aquilo que já conhecemos, que é a associação do corpo negro como o corpo perigoso, o corpo sob permanente suspeição. É assim desde o período escravocrata e não deixou de ser até hoje. No Estado de São Paulo, no ano de 2012, para cada 100 mil negros, 35 foram presos em flagrante. Para cada 100 mil brancos, de outro lado, 14 foram presos em flagrante.

E o que os senhores e as senhoras querem saber é quais são os custos dessa máquina que eu acabei de descrever aqui, que eu designo como máquina de morte, máquina de encarceramento, máquina de morte em massa.

Em um trabalho realizado em 2013, o IPEA produziu alguns estudos sobre juventude perdida no Brasil. Eu não vou me delongar sobre questão metodológica, primeiro, porque é complexo demais — não é necessário nos delongarmos sobre uma metodologia tão complexa —, e, segundo, porque é mais interessante sabermos quais as reais conclusões a que esses estudos conseguiram chegar. Esse estudo foi publicado, está disponível e pode ser consultado por todas as pessoas aqui presentes.



O cálculo de custos parte de alguns pressupostos — eu tenho questionamentos com relação a algumas coisas, mas vamos deixar desse jeito. Ele supõe que a queda das taxas de natalidade e mortalidade sejam essenciais para o desenvolvimento econômico — e aí estamos tomando como referência algumas experiências de países europeus no século XX. Supõe também que a diminuição da taxa de fecundidade, associada à queda da mortalidade, propicia um aumento dos investimentos em capital humano. Basicamente, é o seguinte: se há menos gente morrendo e se nascem menos filhos, pode-se investir muito mais recursos por pessoa dentro de um domicílio ou dentro de uma família. E isso é considerado por alguns autores como uma brecha para o incremento de capital humano e uma potencialização da capacidade de produção e de consumo. Essa é uma literatura clássica, muito utilizada por esses estudos que se debruçam sobre custos sociais de violência e por aí vai. Isso é muito consolidado na literatura.

Então, esses são os pressupostos. Com base nesses pressupostos, alguns pesquisadores do IPEA construíram um modelo microeconômico que leva em consideração o ciclo de vida, a probabilidade de sobrevivência dos indivíduos e uma expectativa de renda e consumo ótimos. Até na Justiça, quando são aferidas as indenizações, leva-se em consideração a expectativa de vida daquele sujeito que faleceu e uma expectativa sobre a renda que ele poderia ter ao longo dessa vida que ele viveria — isso para aferir o valor da indenização, no caso em que cabe indenização. Então, com base nisso, fez-se um cálculo que estima o custo de bem-estar que essa violência gera. E aqui estamos falando da juventude. Não estamos falando do custo da violência generalizada no Brasil, mas do custo da morte prematura de jovens. E os resultados apontam que, para uma perda de expectativa de vida de até 2 anos e 7 meses, em Alagoas, que é o Estado mais violento do Brasil, em termos proporcionais, não em termos absolutos, esse custo social de bem-estar corresponderia a 6% do PIB. Esse seria o Estado com a maior perda de bem-estar associada à morte prematura de seus próprios jovens. E a perda de bem-estar foi calculada de forma generalizada para o País em 79 bilhões de reais, cifra que corresponde a 1,5% do PIB brasileiro, em valores calculados em 2013.

Se levarmos em consideração, porém, o custo social total da violência globalmente considerada — e aí vamos levar em consideração não só a perda de



investimentos em capital humano, mas também gastos com seguro, gastos com o sistema de saúde, gastos com segurança privada —, esse valor subiria para 193 bilhões de reais, em 2013, o que corresponderia a 3,97% do PIB. Não estão computados aqui, nesse valor, os gastos com o sistema de segurança pública e as unidades responsáveis pela execução de medidas socioeducativas. Se adicionarmos os gastos com segurança pública e os gastos referentes às unidades de medidas socioeducativas, as estimativas apontam para 258 bilhões de reais, em 2013, de custo, o que corresponderia a algo em torno de 5,4% do PIB.

Então, esses são os dados que estão aí, que resumem todos os estudos que o IPEA produziu nos últimos anos e que apontam para um custo elevado da morte prematura de jovens e da violência no Brasil, em geral, também, nos dias de hoje.

Porém — e aí eu vou voltar ao início da minha exposição —, para pensar a violência, eu necessito de outros instrumentos de análise. Em geral, quando falamos de violência, de imediato, o que assoma à nossa cabeça, à nossa memória, é o crime, não é? A manifestação mais imediata de violência, em geral, é o crime.

Mas, quando levamos em consideração apenas o crime como um fenômeno violento, ou como manifestação concreta de violência, às vezes, tendemos a reproduzir representações um tanto drásticas: primeiro, a ideia de que a violência é uma conduta desviante; segundo, a ideia de que é um problema de indivíduos desviados; terceiro, a ideia de que é uma mera violação de uma norma.

No Brasil, a violência tendeu a ser justificada classicamente a partir desse imaginário. E isso era extremamente funcional, não era apenas uma ideia. No fundo, a violência foi assim representada porque todo o aparato de segurança e de Justiça construído a partir dessa constatação supunha haver um grau zero de violência que precisava ser restabelecido pelo aparato de segurança. Portanto, a função precípua do aparato de segurança pública, no Brasil, era o resgate desse estado perfeito que se perdeu por uma conduta desviante, a restituição da paz, da ordem, da normalidade. A segurança, no Brasil, nunca teve por função precípua a garantia de direito. Ela sempre se baseou na possibilidade hipotética de um grau zero de violência e de um resgate de uma ordem que, sabemos, era uma paz para poucos, não era uma paz para todos.



Bom, esse mito representou a sociedade brasileira, mas não só representou a sociedade brasileira, como legalizou e formalizou instituições e práticas sociais. Ele fundou práticas sociais, fundou programas, gerou discursos e gerou políticas públicas. E, para a questão racial, inclusive, isso é extremamente impactante, porque, primeiro, representamos a sociedade brasileira como um povo ordeiro e pacífico — é o mito da cordialidade, que os clássicos muito bem escreveram —; segundo, a escravidão se transformou num encontro harmônico de raças, cujo conflito fora dissolvido pela miscigenação; e, terceiro, o crime era um desvio, resultado sobretudo da malandragem e da vadiagem, que foram tipificados do Código Penal brasileiro, com tipos penais construídos para garantir o controle social de uma população negra que transitava do trabalho escravo para o trabalho livre e que começava a afluir para as cidades, no século XIX.

Então, o controle da vadiagem, na verdade, era a garantia de uma espécie de liberdade assistida. Inclusive, nenhum negro podia deslocar-se pelo território nacional sem autorização de um juiz de paz, que poderia dizer que ele não poderia sair, mesmo sob a condição de liberto.

Eu não quero fugir dessas representações, eu quero colocá-las permanentemente em causa, porque elas estão presentes até os dias de hoje. Elas não são representações abstratas, mentirosas. Não são. Partir desse pressuposto é um equívoco. Elas estão presentes até hoje no sistema penal e no aparato de Justiça.

Bom, para colocar em causa essas evidências, essa interpretação a respeito do que significam hoje o aparato de Justiça e os custos sociais que esse aparato provoca numa parcela considerável da população brasileira — e eu falo aqui da população negra —, eu preciso, mais uma vez, deparar-me com a morte não apenas como morte física. E, para uma instituição de pesquisa como o IPEA, é importante revelar outras formas de ilustrar, de elucidar e de compreender fenômenos de natureza essencialmente complexa.

Nem tudo pode ser quantificável, nem tudo pode ser representado por um número. E aí lembro que há um tipo de violência simbólica que se impõe no discurso que selecionamos para falar sobre as coisas, porque esse discurso que me revela,



pelos dados, uma faceta da violência, é o mesmo discurso que esconde sujeitos violentados nesse mesmo processo.

Assim, pensemos o seguinte: os homens negros morrem. E o que acontece com as mulheres negras que ficam? Elas não aparecem nos dados. Mas elas aparecem nos discursos das mulheres negras do Movimento Negro, das organizações negras e em diversas outras pesquisas qualitativas feitas com quem teve que suportar a dor. E a dor não é quantificável e não tem tempo para cessar.

Portanto, é necessário trazer o questionamento não como uma forma de jogar fora os números, mas para colocar em causa outros custos que não aparecem e não têm como aparecer, não porque o instrumento é ruim, mas porque ele não é capaz de nos revelar outras dimensões.

Pretendo pensar a violência contra a juventude negra em especial a partir de outro viés também, identificando *a priori* que essa linguagem clássica que utilizamos para descrever os fenômenos, os fatos e os problemas que vivemos, baseada na quantificação, ao mesmo tempo que revela, ele oculta outras formas de representação e de compreensão da violência socialmente vivida.

E aqui resgato uma passagem de Ana Flauzina, em uma dissertação brilhante, na qual diz que a exclusão simbólica funcionou classicamente como pressuposto do extermínio físico da população negra. Portanto, excluir simbolicamente uma parte da população negra do debate sobre violência é, a meu ver, uma forma de corroborar com o extermínio dessa parcela que não tem como aparecer nos dados. E ela precisa ser revelada.

Eu quero falar aqui sobretudo dos valores intangíveis, desses valores que não podem aparecer, que não podem ser monetizados, para os quais, inclusive, talvez a palavra “custo” não só parece inapropriada, como ela é pouco reveladora dos sentidos múltiplos dessa violência. Então, a dor é um dos subprodutos dessa morte, e o relato de inúmeras pesquisas qualitativas — também trabalhamos com muita pesquisa qualitativa na Coordenação de Raça — revela angústia, sofrimento, ansiedade, depressão, dor emocional, dor física, como componentes de um arsenal de adoecimentos que vão “penalizar” — entre aspas — o sistema de saúde brasileiro, para não dizer penalizar o principal sujeito, objeto da política de morte, que são também as pessoas que vivem para velar a dor.



Isso é algo que pode ser muito bem descrito, talvez por Andréia Beatriz, uma militante da campanha *Reaja ou será Morta! Reaja ou será Morto!*, através de uma espécie de descrição do itinerário de mulheres negras que velam por essa dor. Então, a peregrinação delegacia-hospital-IML ou a peregrinação delegacia-hospital-IML-FUNDAC ou a peregrinação delegacia-hospital-IML-presídio ou a peregrinação troca de tiros-IML-cemitério, essas são as peregrinações de milhares de mulheres negras, inúmeras. E elas não entram nos nossos cálculos de custo.

Além disso, essa dor desestrutura famílias negras. E, curioso, é assim desde o período colonial. O primeiro processo desintegrador da população negra no Brasil se dá com a separação dos negros que vinham da África e a dissolução de suas famílias. É a primeira dor, depois de aqui chegar — uma delas é essa.

E até hoje o sistema penal continua provocando a separação, a fragmentação e a mutilação de inúmeras outras famílias negras. Isso traz uma série de outros impactos. Isso traz impacto com relação à capacidade e à possibilidade dessas famílias se manterem. Eleva sobremaneira a necessidade de política de cuidados, que a gente sabe que já existe, independente de haver homem ou não dentro do domicílio. Mas ela eleva.

A gente tem casos emblemáticos que ocorreram no Brasil, como foi o caso, por exemplo, da viúva de Amarildo, que, 1 ano após o assassinato de Amarildo, na UPP, entrou em depressão — Elizabete é o nome dela —, teve que cuidar de quatro filhos sozinha, após a morte de Amarildo. E Elizabete entrou em depressão, mas o sistema penal brasileiro não está interessado nos efeitos psicológicos devastadores da violência que esse mesmo Estado pratica sobre as pessoas. E a resposta do Estado brasileiro ao sumiço de Elizabete durante 1 semana foi indiciá-la por abandono de menores. É o Estado penal voltado contra a população negra, sejam lá quais forem as nossas possibilidades de lidar com algo de difícil resolução.

E aí, fazendo um parêntese, a gente sabe que parte significativa dessas... Além da dor da perda e da desestruturação das famílias, grande parte dessas mulheres experimentam concretamente um processo de desfiliação, porque a morte da juventude negra em massa, a chacina, não gera crise política, não gera luto oficial, não gera bandeira a meio mastro. É como se nós tivéssemos uma espécie de



consentimento cínico-permissivo para a morte de uma parte da população, especificamente a população negra. Ela não gera solidariedade em massa. Basta comparar com o que acontece com a morte de uma criança branca. Compare com a chacina, por exemplo, de 13 homens negros na Bahia, que foi comemorada como gol.

Esse processo tem elementos materiais que lhe dão sustentação. Todo mundo aqui conhece um instrumento muito utilizado pela polícia, que são os autos de resistência, que é a expressão máxima de uma espécie de consentimento oficial para a morte em série da juventude negra.

Portanto, esses são alguns dos elementos. Infelizmente eu não tenho muito mais tempo, creio. Eu teria muita coisa para falar, mas eu gostaria de ressaltar que esse tema é complexo. Na minha exposição, eu estava preparado para falar sobre as relações que a morte da juventude negra possui com o problema de segurança pública no Brasil, sobretudo nos grandes centros urbanos. Então, hoje a morte dessa juventude é também uma questão urbana. Ela também está relacionada à transformação, ou melhor, à consolidação da questão social do Brasil como uma questão de segurança pública, que basicamente está estruturada sob a lógica da eleição de inimigos internos. E esse inimigo interno continua sendo o mesmo, desde o período colonial até os dias de hoje.

Infelizmente não poderei me debruçar sobre isso, mas em outras oportunidades talvez possamos apreciar todos os demais elementos que compõem esse processo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero desde já agradecer-lhe a bela contribuição. É lógico que nossa Comissão Parlamentar de Inquérito tem a prerrogativa de apurar essas questões dos impactos sociais — evidentemente são os mais importantes —, mas também a iniciativa do convite para o senhor estar aqui, porque também há o impacto do ponto de vista econômico. Mas concordo plenamente que a dor maior é imensurável. Então, quero agradecer-lhe.

Pela ordem, a palavra deveria ser passada para nossa Relatora, mas vou passar, pelo pedido de inscrição, ao Deputado Paulão.



O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo, Deputado Reginaldo, por um tema tão complexo como esse. Mas temos que fazer o processo do bom debate, do bom embate também.

Queria parabenizar o Sr. Antônio Teixeira pela exposição. E solicitaria, Antônio, se não tiver óbice nenhum, que passasse os dados da sua exposição para a CPI, a fim de compartilhá-los com todos os Parlamentares.

Eu não tive oportunidade de chegar no começo da sua fala, porque estava aqui ao lado, em outra atividade, a instalação de uma Comissão do Super-SIMPLES, da qual sou integrante e havia votação, mas consegui acompanhar a sua linha de raciocínio, levantando uma situação de invisibilidade, infelizmente. E a própria sociedade brasileira coloca uma venda, uma névoa, não querendo levantar a situação. E, de uma forma *stricto sensu*, há a realidade do Estado de Alagoas, da qual faço parte.

Alagoas tem belezas naturais destacadas pelo turismo nacional e internacional, mas, ao mesmo tempo, tem sua contradição social. Maceió, na sua orla marítima, tem a segunda melhor qualidade de vida do Brasil, só perdendo para Curitiba. No entanto, é a Capital mais violenta do mundo — não é do Brasil. É a mais violenta do mundo. Agora, para quem, onde e quando? É uma questão geográfica, temporal e também social. Quando se verifica o complexo lagunar que por uma questão histórica é voltado muito para os pescadores e marisqueiros e a maioria da sua composição é de descendência negra, ou a parte periférica de Maceió, aí se verifica a contradição.

Já tivemos, Deputado Reginaldo, num período curto de uma sexta-feira até segunda, 36 mortes de jovens — entre uma sexta e uma segunda feira. A faixa etária era de 14 a 29, jovens pobres e negros, tendo como pano de fundo um processo nacional — diria até internacional —, que é a questão do *crack*, que envolve jovens que se envolvem nessa situação de contravenção. E trabalhou-se o processo com muita competência.

Então, eu acho que esta CPI terá um trabalho importante, porque ela pode discutir até o óbvio, mas sobre esse óbvio a sociedade não quer dialogar. É necessário desvendar para a sociedade. Quando, num passado recente também,



nós não queríamos discutir o problema da fome, que Josué de Castro teve a coragem de fazê-lo, a ditadura militar teve que cassá-lo, porque a sociedade não queria fazer esse enfrentamento, e ele é real. Nessa década recente, com programas sociais importantes, exitosos, com reconhecimento nacional e internacional, conseguimos incluir quase 40 milhões de pessoas.

Então, acho que é um debate desafiador. Vamos discutir com calma essa situação, verificando a realidade dos Estados. E, no momento exato dos encaminhamentos — que não é o caso agora, Deputado Reginaldo, eu acho que é importante V.Exa. como Presidente que vai dar o ordenamento do trabalho, definir quais serão os passos —, acredito que esta Comissão terá possibilidade de fazer visita *in loco* em alguns Estados.

E, no momento correto, irei apresentar um requerimento para que possamos visitar Alagoas, não porque eu tenha ligação direta com o Estado, mas devido a essa realidade que o Antônio externa. É um Estado pequeno geograficamente. É o segundo menor do Brasil, só perdendo para Sergipe. Eu sempre brinco que é um Estado que, em diagonal — de Maragogi ao Alto Sertão —, você atravessa em 6 horas, diferente do Estado do Deputado Reginaldo. Isso se faz de carro, para atravessar, viu Deputado Reginaldo? Não é fácil.

Em Alagoas, há contradições não só da violência, mas também *ranking* negativo — Estado campeão do analfabetismo — na questão da saúde. O último Governador, do PSDB — filho do ex-Senador Teotônio Vilela pai —, Teotônio Vilela Filho, do nosso Estado, antes de assumir, Alagoas tinha o antepenúltimo IDH do Brasil, ganhando do Piauí e do Maranhão. Nesses 8 anos de comando do PSDB, houve uma involução. Hoje, nós somos o último IDH. Isso é fruto também dessa realidade, da distribuição de renda, principalmente políticas públicas na educação, saúde e assistência social.

Eu queria parabenizar o Antônio. Que ele possa compartilhar esses dados, e que nós possamos interagir. Recebemos da assessoria aqui, que já parabenizo, uma série de projetos que tramitam na Câmara Federal, sobre os quais é importante que esta Comissão se debruce, no sentido de ver se otimiza, se desarquiva alguns processos, se podemos apensar, no sentido de otimizar e tipificar.



Esta Casa conseguiu fazer o debate, e nós não temos nada contrário à importância do agente público de segurança. E houve um debate aprofundado. No Direito Penal, a questão relativa à infração, eu diria, de médio, de pequeno e médio portes, foi tipificada contra o agente como um crime hediondo, a exemplo de lesão corporal grave, que até então não era tipificada. No entanto, ninguém quer discutir os autos de resistência, que é um projeto de autoria do Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, que o mundo todo recepcionou — o mundo todo. Ninguém quer, de forma açodada, tipificar ou criar uma pecha contra o agente público da segurança. O que nós queremos é que o Estado Democrático de Direito seja definido com a ampla defesa, o contraditório e as provas colhidas. E o que você falou é uma realidade.

No ano passado, num bairro de uma praia bonita chamada Ipioca, ocorreu uma ação contra quatro jovens — dois envolvidos, é verdade, em processo tipificado como crime leve. A polícia os perseguiu. Há caracterização de testemunha de que eles não tiveram reação, inclusive uma parte estava desarmada, e eles foram trucidados. E foi descaracterizado todo o local do crime propositalmente para não dar margem a uma questão simples, o direito da perícia, que é não descaracterizar.

Então, o auto da resistência é isso. É garantir o Estado Democrático de Direito. Ocorreu um crime, se a pessoa tem envolvimento ou não, o Estado, num pacto que nós fizemos numa forma secular, que até então era um processo da segurança particular no modelo romano... Fizemos esse pacto no sentido de o Estado ser o protetor. Então não importa quem seja. Na hora em que a pessoa é morta, tem que garantir a perícia, a perícia de forma técnica e especializada. Depois vai analisar se existe ou não responsabilidade, seja do agente civil, seja do agente público. Então o auto da resistência, Deputado Reginaldo, é um tema que temos que discutir aqui porque ainda há uma carga. Não é só de preconceito, não; é ideológica sim, eu até diria, porque existe excesso de corporativismo que vai desmontar que esses índices altíssimos da violência contra o jovem pobre e negro — só ajudando na exposição do Antônio — em alguns momentos é maior do que o estado de guerra. Então, numa guerra que é tão destacada, o conflito Israel-Palestina, se se pegar a questão da “malidade”, ela dá um número menor do que o número de jovens



no Brasil. Em tese, nós estamos num momento de paz, mas para esse público é estado de guerra.

Parabéns, Presidente, pela iniciativa. Que nesse debate possamos fazer uma discussão teórica, importante, mas que possamos ter um plano de ação, de trabalho não só aqui, convidando outros atores, mas também fazendo visita aos Estados que têm índice de violência alto, a exemplo de Alagoas. No momento exato irei apresentar um requerimento para que possamos fazer uma visita logo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer, Deputado Paulão, a sua presença. É muito simbólica aqui. Acho que V.Exa. vai dar uma contribuição, porque os indicadores do Estado são estarrecedores. Nós tivemos um debate com o Júlio Jacobo. A média do Estado de Alagoas é 193 para 100 mil habitantes. Então, é importante a presença de V.Exa. aqui na nossa Comissão. Nós queremos agradecê-lo.

Depois eu vou pedir para redistribuir o plano de trabalho. Nós aprovamos, a Deputada Relatora Rosângela Gomes o apresentou no início da nossa CPI, e nele também consta a aprovação das audiências nos Estados. Vou pedir a V.Exa. também que pudesse...

Nós já definimos o calendário. Começa no dia 15 de maio e vai até 30 de junho. *(Pausa.)* De 5 de maio a 30 de junho, 45 ou 50 dias para que possamos fazer todos esses seminários estaduais. Depois nós vamos contar com V.Exa. para ajudar a organizar nosso seminário no Estado de Alagoas.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Presidente, antes de a nossa colega falar, eu queria agradecer publicamente ao PDT, porque, como integrante do PT, eu apresentei o requerimento. Isso é importante, vários colegas do Partido dos Trabalhadores também fizeram inscrição. Foram feitas, logicamente, algumas prioridades, e não constava meu nome nem como titular nem como suplente. Então, o PDT, de forma generosa e diplomática, compreendendo esse paradigma, cedeu a vaga que seria dele para que pudéssemos participar. Eu gostaria que ficasse registrado em ata.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulão. É uma alegria enorme ter V.Exa. aqui conosco.

Passo a palavra à nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde Srs. Deputados e Sras. Deputadas que aqui estão. A todos os presentes, boa tarde.

É uma satisfação mais uma vez receber aqui um especialista no tema, o jovem Antônio Teixeira, que colocou os indicadores que, infelizmente, não são tão satisfatórios. Vide final de semana tivemos mais uma série de assassinatos no Rio de Janeiro e também em Brasília. Infelizmente é uma rotina do País inteiro.

V.Exa. falava sobre as audiências, e eu gostaria de propor, dentro daquele plano de trabalho que nós apresentamos aqui, que pudéssemos, depois das perguntas e já terminada a exposição do nosso especialista, eleger as primeiras cidades. Eu ouvi V.Exa. falando com o Deputado com relação a Alagoas. Também está na sugestão da relatoria a Bahia e o Rio de Janeiro.

Para nós, é muito importante cada semana estar aqui ouvindo dados e indicadores que nos ajudem a nortear nesse grande documento que queremos elaborar para apontar a solução daquilo que tanto queremos e almejamos.

Sr. Presidente, eu queria também colocar que nós estamos com mais relatórios de homicídios que aconteceram neste final de semana, mas não poderia deixar de, inicialmente, cumprimentar aqui o Antônio, que, de forma tão precisa, trouxe para esta Comissão dados importantes para que possamos trabalhar.

Eu vou pedir a V.Exa. 10 minutos para me ausentar, porque há um projeto nosso na CCJ que vai entrar agora em pauta e também está profundamente relacionado a essa matéria. Trata-se da questão de designar recursos do FUNPEN para o sistema prisional, a fim de que possamos dar dignidade às crianças que nascem no presídio e não têm condições de viver num local como aquele. Então, propusemos esse projeto, que está agora na CCJ para ser votado. Vou pedir ao Presidente que olhe com todo o carinho, porque, infelizmente, como bem colocado aqui pelo Antônio, nós temos 61% da população que vive hoje no sistema prisional. E infelizmente é a população negra.



Eram essas as minhas considerações inicialmente, Sr. Presidente. Voltarei ao final. Espero dar tempo para fazer algumas perguntas ao Antônio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Relatora Rosângela Gomes.

Quero pedir e informar também à nossa Comissão que, a partir da semana do dia 27, logo após o feriado, vamos organizar a primeira no Rio de Janeiro, no Morro do Alemão; a segunda, na outra semana, na Bahia; a terceira em Goiás, e a quarta em Alagoas. Depois eu pedirei ao Secretário que envie essas datas e organize essas audiências e oitivas nesses Estados.

Na semana que vem, na quinta-feira, eu quero já encaminhar e pedir a colaboração a cada Deputado e Deputada que ajude na coordenação e nas sub-relatorias. Até a semana que vem vamos designar cada companheiro e companheira, cada Deputado e Deputada para fazer essa coordenação.

Será na semana do dia 27. Cada semana em um Estado. Vamos fazer um comunicado, pela Secretaria da CPI, esta semana ainda a todos os Deputados e Deputadas.

A SRA. DEPUTADA ANA PERUGINI - Pela ordem, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero passar a palavra...

Quero agradecer a presença da Deputada Ana Perugini.

Pela ordem.

A SRA. DEPUTADA ANA PERUGINI - Só uma pergunta, uma indagação. No Estado de São Paulo, a maior causa de morte da população negra não é acidente de trânsito; é homicídio também. Não é diferente dos Estados do Norte e Nordeste do nosso País.

Uma preocupação — já que nós somos também colegas da Comissão de Educação — é de como transformar o resultado desta CPI numa propositura também da Comissão de Educação, uma forma de quebra de paradigmas que vá de encontro, através da Comissão de Educação... uma propositura, uma mudança no sistema educacional nosso.

Nós estamos num ano de implementação do Plano Nacional de Educação. Eu comentava aqui com a companheira que precisamos mudar paradigmas na



educação. Hoje o intelecto é sobre as emoções. De fato, eu não havia pensado ainda nas mulheres negras, na dor que não tem como mensurar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ANA PERUGINI - Não tem como mensurar. Então, fica aqui a sugestão da apresentação de uma proposição também na Comissão de Educação. Eu gostaria de saber quando vai ser o encontro no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu vou responder V.Exa. posteriormente. Nós vamos ter uma data no Estado de São Paulo, mas peço a contribuição a V.Exa. no sentido de encaminhar requerimentos, proposições.

A SRA. DEPUTADA ANA PERUGINI - Então, não há data marcada para São Paulo ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, mas nós vamos estar no Estado de São Paulo.

A SRA. DEPUTADA ANA PERUGINI - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Inclusive convido V.Exa. para participar da nossa Comissão.

Quero passar a palavra ao próximo orador, o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Sr. Palestrante Antônio Teixeira, tenho certeza de que os números que você traz são importantes para esta Comissão, já que a Comissão foi instalada para que possamos apurar as mortes dos jovens deste País.

Volto a insistir. Na última sessão, houve um palestrante que nos colocou a questão das mortes dos jovens. Ficou bem claro que os nossos jovens estão morrendo no nosso País. Aí veio a questão da cor, porque muito me preocupa também a questão da cor. Mas me preocupa porque eu tenho as minhas convicções. Cada um tem as suas convicções. Esta CPI está para que apuremos, na verdade, não bem questões de que cor morreu. Mas que são nossos jovens que estão morrendo, são.

Ficou claro que — eu quero depois lhe dirigir a pergunta, para o senhor responder depois da minha explanação — em outra pesquisa referente à questão das cores... A somatória da cor negra, relacionada ao que está sendo apurado,



soma-se à cor parda para que chegue ao negro? Isso para mim é importante, porque eu fico preocupado. Na última sessão também, Sr. Teixeira, eu falei aqui que, na minha cidade, Belém, nós temos durante os dias da semana cerca de quatro jovens mortos por execuções, por armas de fogo. Nos finais de semana chegam até 12 e já teve caso de chegar a 15.

Eu tomei o cuidado de, neste fim de semana, pedir à minha esposa que comprasse os dois jornais na segunda-feira, para que eu apurasse o que estava acontecendo — no domingo e na segunda comprasse os jornais.

Trouxe alguns recortes. A minha convicção é de que os nossos jovens, independentemente da cor — branco, pardo ou negro —, estão morrendo.

Nós temos aqui um caso — inclusive isso aconteceu duas casas depois da minha — em que um assaltante foi fazer um assalto com o comparsa e, na hora de abordar a vítima, acabou atirando no comparsa e o matou. Dois jovens de cor parda. Tanto o comparsa dele que morreu, quanto ele, envolvidos no mundo do crime.

“Adolescente é morto e o corpo é encontrado dias depois. A vítima, um adolescente de 17 anos, já havia sido apreendido diversas vezes por fatos infracionais. Adriel da Rocha Costa possuía diversas entradas na delegacia por roubo a motocicletas e assaltos a ônibus.” Dezesete anos, cor branca.

“Guerra do tráfico baleia cinco pessoas: duas morrem de imediato, três estão no hospital.” Todos entre 17 e 25 anos. Cor parda.

“Jovem é executado dentro de casa, na frente da esposa e do filho.”
Envolvimento: droga.

“Robinho tenta matar uma moça de 20 anos com um tiro na cabeça e um tiro no pescoço. Ela ainda está no hospital.” Tanto ele quanto ela são jovens pardos.

“Jovem é executado pela população e jogado dentro do canal.” Envolvimento: crime.

O que me preocupa? Eu sei que a Comissão é para que nós exatamente façamos debates, para que possamos chegar a um denominador. O que me preocupa mais não é exatamente a cor, é a morte dos nossos jovens, é a causa do que está acontecendo e o que está matando os nossos jovens. Tanto o pesquisador, na sessão passada, quanto a minha convicção... Ele coloca claro duas das causas e citou o Estado de São Paulo. É o envolvimento com as organizações criminosas,



que, nas últimas décadas, a partir do ano de 2012, foi detectada uma eclosão enorme. É a falta de políticas com total ineficiência das políticas públicas para os nossos jovens, que são exatamente cursos técnicos, que são escolas de tempo integral, que são esportes que simplesmente foram abandonados dentro das escolas. Hoje não se veem mais esportes dentro das escolas, como na nossa época.

Então, para mim, essas são causas que, certamente, estão contribuindo para que os nossos jovens não tenham as questões de valores corretos de vida para que possam aprender coisas boas na vida e possam estar longe do mundo do crime.

Então, essa é uma preocupação que, tenho certeza, não tem que ser só minha, mas de todos nós que estamos nesta Comissão tentando apurar.

Foi questionado aqui, Sr. Presidente, a questão do auto de resistência. Dos 12 casos que ocorreram em Belém, eu mostrei oito que envolvem morte de jovens, morte por envolvimento no crime. Os outros foram crimes passionais e acidentes de trânsito. Eu não recortei, mas posso recortar para mostrar aqui. Nenhum deles teve envolvimento com confronto com a polícia, neste fim de semana. O que eu não quero dizer que não exista. O que eu não quero dizer que não existam péssimos policiais que realmente praticam esse crime de barbárie, em executar pessoas de forma covarde. Mas eu não militei, não passei 30 anos na polícia fazendo isso. Defendo aqui a questão do auto de resistência como uma peça dentro do inquérito policial que ratifica, Sr. Presidente, a ação do policial que vai para a rua, deixando uma esposa e um filho — porque ele é uma pessoa como qualquer outra — para defender o cidadão de bem. E quando em confronto com o delinquente na rua, de forma legal, ele acabava (*ininteligível*) o delinquente, e o delinquente vem a morrer. Essa peça traz pra ele, no estrito cumprimento do dever legal, a excludente de licitude de não ser preso no momento. Mas tenha certeza de uma coisa, Sr. Presidente. Eu tenho certeza de que nós, Deputados, e toda a comunidade da área de segurança não terá o menor receio em discutir o auto de resistência, porque nós, policiais, neste País...

Eu tenho certeza de que nenhuma instituição, neste País, é mais fiscalizada que as Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros. Quando existir, na rua, uma ação da polícia — e isso sempre aconteceu comigo e quero crer que aconteça com todos



os demais — que envolva morte de delinquentes, de imediato é instaurado um inquérito policial para apurar se a ação do policial foi legal. E é, sim, obrigatório, como os colegas aqui falaram, que seja feita uma perícia.

Se o local não está mais inidôneo, é outra situação que o próprio inquérito pode apurar e pode responsabilizar o policial por isso. A própria ouvidoria da polícia e o Estado também são responsáveis pela fiscalização das polícias, nesses casos em que ocorre morte de pessoas.

O Ministério Público é o órgão oficial fiscalizador das ações externas da polícia. O próprio Judiciário, quando envolve um policial em confronto com o bandido, também é um fiscal, porque é ele que vai exatamente fazer um trabalho em cima daquele processo para que possa apurar se o policial teve ou não culpa. Então, não existem órgãos e nem instituições mais fiscalizadas do que as polícias. Não estou aqui falando de policiais que, como em qualquer outra profissão, cometam barbáries. Eu não passo a mão por cima.

Só quero deixar clara essa questão do auto de resistência em relação a isso. E volto a insistir que eu quero... Entrei com requerimento, que deve entrar na próxima pauta, pedindo que todas as Secretarias de Segurança Pública de todos os Estados sejam oficializadas para que possam fazer um estudo, um levantamento dentro das delegacias de homicídio, com todos os procedimentos que foram feitos, envolvendo jovens, entre 14 e 29 anos, mortos por arma de fogo ou por arma branca. E digam qual a causa, porque os inquéritos têm que vir dizendo a causa, se não vier dizendo, vai ficar em apuração.

Qual a causa da morte? Qual a motivação da morte? Qual a cor da vítima? Qual a categoria da vítima em relação ao *status* dela na sociedade? Para que nós possamos ter dados também das Secretarias de Segurança para enriquecer e instruir esta CPI e para que possamos chegar a um denominador comum de uma causa. Para que possamos cobrar as responsabilidades por essas causas e diminuir as mortes. Não podemos aqui montar CPI, discutir em outros plenários, em outros locais sobre morte de pobres neste País e nunca chegarmos a uma causa. Temos que cobrar responsabilidade das pessoas, que é muito mais importante do que qualquer outra coisa.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com certeza, nobre Deputado, o requerimento de V.Exa. será aprovado por todos nós. Nós queremos buscar dados. Este é um desafio desta CPI: construir, além de buscar o aperfeiçoamento nos dados do País.

Quero passar a palavra ao próximo orador, Deputado Bebeto Alves. *(Pausa.)* Não, Deputado Bebeto. Está o.k. Deputado Bebeto. Desculpa, é Bebeto.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ALVES - Ele é o Bebeto, e eu sou o Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É o Roberto. Está certo. *(Risos.)* Colocaram Bebeto Alves, mas é o Deputado Roberto.

Desculpa, Roberto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero cumprimentar o Antônio, pesquisador do IPEA, pela revelação dos dados apresentados.

De fato, a consistência da apresentação, mas sobretudo o fundamento teórico aqui apresentado para desconstruir o que há no senso comum, no imaginário; sobretudo na representação do discurso que parcela importante da sociedade realiza para a justificação do crime; sobretudo do genocídio praticado contra a juventude negra, é fundamental que nós compreendamos e possamos fazer essa transição entre essa fundamentação teórica e a vala comum do que se apresenta como sendo resultado, nesta representação do discurso, de uma violência que é parte do resultado da opção individual de um ser humano.

Portanto, eu penso que esses dados aqui revelados são extremamente importantes e vão objetivamente apresentando para a nossa Comissão a possibilidade de aprofundar, de tecer um debate de forma qualificada sem a pretensão, é verdade, de estar aqui estabelecendo, *a priori*, certa criminalização de parte daqueles que atuam na segurança pública brasileira. Mas nós precisamos, independentemente dessas condicionantes, aprofundar o debate e chegar ao objeto que esta Comissão se propõe: revelar, sem sombra de dúvidas, as raízes que levam — portanto, recortando para a população negra e pobre — a esse índice alarmante de assassinatos que recaem exatamente sobre essa parcela da juventude.

Então, não há como negar que esses dados aqui apresentados, com fundamentação científica, revelam, portanto, uma realidade brasileira que concorre,



sem sombra de dúvidas, para que nós tenhamos, nesta Comissão, a capacidade de refletir, de examinar o seu conteúdo e apresentar um direcionamento para propor resultados. Obviamente só com relação a um dado — ele é extremamente verdadeiro —, se o sofrimento... É verdade, no lugar da minha fala, eu que sou negro, distintamente daquele que não encontra, pela própria trajetória — a construção da minha trajetória social, da minha realidade vivencial...

O significado que tem para mim, sendo negro e tendo essa vivência, obviamente não vai ser o mesmo de quem tem um lugar de fala absolutamente distinto daquilo que eu sofro como parte de uma trajetória, mas também de um enfrentamento do que está estabelecido como condições do Estado brasileiro, no sentido de haver a condição da discriminação racial como hierarquizadora de condições sociais, de condições de poder, mas também hierarquizadora na nossa relação social.

Portanto, é difícil alguém... Eu não quero tecer críticas a quem não está no meu lugar de fala, mas essas pessoas precisam compreender, porque nós estamos falando dessa realidade aqui trazida pelo Antônio e do sofrimento, que é duplo, desses negros, pois há o sofrimento dos homens, sobretudo jovens, que são abatidos, mortos, mas há também o sofrimento e o calvário das suas famílias, cujos membros morrem todos os dias, porque não se tem revelada a realidade que produziu o assassinato desse jovem negro e pobre. Elas sofrem todos os dias, por não ter o familiar presente na sua vida.

E esse sofrimento psíquico diário por que passa cada família não é revelado nem quantificado. Este não entra nos dados da estatística — não pode e não deve entrar, porque nós estamos falando de outra dimensão do sofrimento, a que recai sobre essas famílias. Aí está o sentido pleno dessas palavras aqui trazidas. Esses valores do sentimento e da dor são intangíveis para o ser humano, para nós — não dá para medir, não dá para quantificar.

Portanto, eu quero finalizar dizendo, meu caro Antônio Teixeira, que V.Sa. contribuiu de forma positiva, assim como o delegado, que pediu que aqui fossem estabelecidos dados relativos a pardos e negros.

Eu acho que é preciso revelar claramente qual é a população da sociedade que tem um nível de penalização, em função até da transição entre a escravidão e o



mercado livre do trabalho, quais foram as condições objetivamente propostas e estabelecidas nessa condição, e essa apartação que ficou para nós, os negros, nesse processo, que deveria ser natural, da nossa inclusão. Aí o Estado coadunou uma série de práticas que ainda hoje nós temos como elemento de permanência nesta relação. E os dados revelam também essa condição.

Por isso, em qualquer pesquisa séria — o IPEA é um instituto dos mais sérios que nós temos — que se realize, há de aparecer, naturalmente, esses dados, que não são dados da briga revelada por gangue, mas estão presentes na hierarquização das condições que nós temos, porque, primeiro, o que se verifica entre um negro e um branco é uma condição de que o aparato de Estado vai... E, obviamente, numa abordagem, quem sofre é o jovem negro e pobre, como acontece até nos assassinatos a que nós estamos assistindo.

Portanto, eu quero, nesse dado aí, só pedir... V.Sa. já informou, mas não é demais, na informação produzida, trazer que condições V.Sa. tem, revelar um pouco mais esses dados dos principais Estados. Enfim, esses dados, para mim, já são mais que suficientes. Eles vão fortalecer enormemente a compreensão desta Comissão, vão nos permitir um aprofundamento em relação aos dados aqui produzidos, mas vão, sobretudo, também colocar, de forma muito clara, o que o Estado tem praticado.

E nós não podemos falar de servidores da segurança sem também compreender qual é o papel do Estado, inclusive no que diz respeito ao que ainda temos como permanência, que é essa discriminação, esse racismo institucional, que está estabelecido como um mecanismo a mais, que produz, na relação daqueles que são da segurança pública, uma condição para, inclusive, interpretar a sua ação como um servidor do Estado na definição e hierarquização entre jovens pobres e negros e jovens brancos. Aí, o resultado é o que nós temos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Beбето.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, parabenizo o representante do IPEA, Sr. Antônio



Teixeira. Infelizmente, cheguei um pouco mais tarde. Nós estávamos em outra Comissão. Aqui é difícil trabalhar integralmente em uma Comissão única. Mas quero parabenizar, Sr. Presidente, e colocar que a atuação desta CPI...

Eu acho que as duas exposições terminam se completando, para trazer um quadro real. O que existe no Brasil é uma política de violência de Estado — não é de Governo, é de Estado. E essa concepção não é uma concepção recente, porque senão nós teríamos uma contradição.

Sempre na academia se levanta um debate no sentido de que, se a situação e as condições de distribuição de renda melhorassem, a tendência seria de a violência diminuir. Coincidentemente, a situação de nível de renda e de distribuição de renda melhorou, especialmente no Nordeste, cujo PIB cresceu a taxas maiores do que o PIB nacional, do que o PIB do Sul. E esse processo de distribuição de renda, longe de ter resolvido o problema, agravou-o. A conclusão do relatório e do *Mapa da Violência* apresentados é de que houve uma interiorização e uma disseminação da violência. Então, isso aqui é um problema de Estado.

Eu não vou nem perder mais tempo nesse debate de se tratar de pardo ou de negro. Isso os fatos e os dados já mostram por si sós. E esse não é o debate fundamental. O debate fundamental é de que existe uma ação de Estado, que você vê na Justiça — olha a morosidade!

O conceito do nosso próprio Código é valorizar os crimes contra a propriedade mais do que os crimes contra a pessoa. Isso é um conceito de classe deste Estado — um conceito de classe deste Estado que nós precisamos fazer avançar para o enfrentamento desse problema. Então, se a Justiça já é naturalmente morosa, quando da abordagem dos crimes relacionados a negros e pobres, aí, nem se fala!

Em segundo lugar, há a questão do aparato policial. O problema não é o policial em si, mas é o conceito que foi montado de segurança pública no Brasil, na concepção da ditadura militar, em que o indivíduo, o cidadão, é visto como um inimigo a ser abatido. Portanto, essa é uma contribuição que nós precisamos dar neste debate: a forma como são feitas as abordagens, etc. Portanto, nós temos aí dois aspectos.



E temos mais outro aspecto. No debate que ocorreu na semana passada, na apresentação do Mapa da Violência, chamou atenção a época do estouro dos índices, dos percentuais de crescimento da violência, principalmente contra jovens, no Brasil. Quando você vai pegar o centro da década... A década de 1980 e a década de 1990 são duas décadas perdidas. Se uma era perdida, a outra foi esquecida.

Então, trata-se do desemprego, da falta da presença do Estado enquanto ação social e ação de integração, e de uma questão que não se pode quantificar, que é o problema da expectativa e da esperança. As pessoas perderam a expectativa e a esperança.

Nós tivemos duas décadas perdidas, praticamente.

Portanto, digo isso para demonstrar que essa questão da violência é uma questão complexa e que não pode ser simplificada como um problema apenas policial ou não. Não é isso — ou não é só isso. O problema é muito mais complexo, e eu acho que essa abordagem que trata desses resultados econômicos... E, agora, isso está sendo discutido de novo.

Outra abordagem é a que foi feita exatamente no período da campanha do desarmamento, em que nós conseguimos um índice menor, uma redução mínima da violência. Agora, está-se querendo precisamente armar as pessoas, facilitar o acesso à arma. Foi a facilidade do acesso a arma que transformou qualquer briga de bar, qualquer discussão de trânsito e qualquer debate sobre futebol em violência letal.

Portanto, eu o parabenizo por esta iniciativa, Sr. Presidente, e deixo aqui a sugestão de que, quando nós formos marcar essa agenda nos Estados, também discutamos um pouco a concepção dessas audiências no Estado, para que abordemos uma parte de... É importante a gente trabalhar em cima de alguns fatos reais, objetivos e concretos acontecidos mais recentemente. Mas é preciso que a gente tenha também essa visão multifacetada, multidisciplinar, do problema da violência nessas audiências nos Estados, que eu acho muito importante.

Então, parabenizo o expositor por mais uma pela apresentação e coloco essa discussão.



Agora, há uma contribuição importante da historiografia, que é o volume de escravos que vieram para o Brasil. Quem tinha dúvida de que teria havido escravidão algum dia e de que essa escravidão... Não é à toa que esse legado racista fica no Brasil da pior forma, porque fica escondido, não é apresentado de uma forma muito concreta no dia a dia da sociedade brasileira. Ele conseguiu criar o mito da miscigenação, criar o mito da possibilidade de ascensão social, desde que o indivíduo tenha competência e oportunidade. Mas essa é uma visão que efetivamente não corresponde à realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães.

O próximo orador, que já tinha feito uso da palavra, mas que pede uma nova intervenção, é o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, quero falar mais uma vez, primeiro, porque este tema é um tema forte, palpitante.

O colega Deputado Éder Mauro, quando enfatiza, com razão, a rapidez na apuração dos procedimentos administrativos contra o servidor público policial, faz isso por uma questão plausível: a segurança lida com a vida. Então, a gente tem que ter rapidez no processo de apuração. Esse é um processo não pejorativo. A gente está discutindo aqui o maior valor que é a vida. Portanto, é necessária essa rapidez, esse olhar diferenciado.

Outra questão que um debate desses traz é a de que, na prática, mesmo havendo órgãos fiscalizadores importantes — o dono da ação é o Ministério Público —, a gente sabe que o inquérito policial é uma peça em desuso. Só três países do mundo têm inquérito policial — só três países! —, sendo dois deles, inclusive, considerados muito atrasados. Essa peça não existe mais no mundo. Esse é um debate, inclusive, de profissionais da segurança, que têm uma visão, eu diria, mais avançada no processo da democracia.

Então, o fato de o inquérito policial ficar na mão somente, *stricto sensu*, do policial é algo muito forte, seja ele da Polícia Civil — principalmente —, seja da Polícia Militar. A visão corporativa muitas vezes predomina. Há baixa efetividade nos inquéritos policiais que há no Brasil. Se você fizer uma estatística do processo, sem



entrar no lado negativo e em qualquer observação, verá que a efetividade é muito baixa.

O Deputado Éder falou da importância de se fazer um requerimento para que a gente tenha dados de notificação dos Estados sobre a violência contra os jovens pobres e negros. Mas a gente verifica que nos Estados ainda há muita subnotificação, como foi dito aqui pelo Antônio Teixeira. No caso de Alagoas, inclusive, isso deve ser muito maior — e olhem que ele é o primeiro Estado em índice de violência.

Então, é importante solicitar, além dos dados da Secretaria de Segurança, os dados do DATASUS. Esse foi o motivo da minha fala. É fundamental a gente agregar esses dados ao processo, em relação a isso.

E é preciso discutir. Logicamente, esse é um tema sobre o qual ele fez um debate profundo. Há visões diferenciadas, e não será esta sessão que vai, eu diria, equacioná-las. Causa e efeito: eu acho que a gente tem que discutir as duas coisas, bem como quais políticas públicas serão importantes para a gente, na integralidade, evitar que os nossos jovens sejam vitimados, não só pela questão da estatística, mas pela perda da vida.

É esta a observação que eu faço a V.Exa., no sentido de que, quando se fizer requerimento, se não houver óbice por parte do Deputado, se agreguem não só os dados da segurança, mas também os dados do DATASUS de cada Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado. Num momento posterior nós vamos debater o requerimento.

Eu passo a palavra para o nosso convidado, o Sr. Antônio Teixeira de Lima Junior.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JUNIOR - Então vamos lá! Eu vou tentar ser bem conciso, bem breve.

No IPEA, a gente utiliza a designação “negro” como a junção de preto e pardo. E não só o IPEA faz isso, como também o Estado brasileiro, diversos órgãos do Estado brasileiro. Tanto na esfera federal quanto na esfera estadual, faz-se uso rotineiro desse tipo de agregação. Isso está sustentado em muito debate teórico sobre a questão racial, e, bom, não creio que valha a pena a gente se alongar muito nisso, porque não é esse o cerne da questão.



Eu gostaria de falar sobre a questão de segurança pública e das mortes sem ter que falar da juventude negra. O problema é que os dados me obrigam a falar isso. E não estou fazendo isso porque simplesmente fiz uma opção teórica. Mesmo que desagreguemos os dados de morte prematura da juventude entre pretos e pardos, a proporção de pretos que morrem é maior do que o peso da população que se autodeclara preta na população brasileira; ou seja, nós temos uma sobrerrepresentação da juventude autodeclarada preta no número de mortes, mesmo que façamos essa estratificação.

Portanto, temos uma questão racial como fundamento desse processo.

Eu trouxe aqui alguns elementos da história para mostrar como esse sistema penal, que foi construído ao longo de cinco séculos, persiste, reproduzindo-se em programas, em políticas e em ações do Estado. Infelizmente é assim, e não me dá nenhum prazer ter que falar disso, porque eu estou falando dos meus, inclusive — aí, eu me coloco aqui também na condição de homem negro ao falar sobre isso.

Bom, se o debate é sobre a violência, precisamos elencar quais são os elementos determinantes desse fenômeno, porque só assim você consegue elaborar algum plano de ação prática que consiga reduzir esses indicadores.

Então, se o racismo aparece como um problema, o Estado brasileiro precisa encará-lo. Não o encarar é uma forma de não encarar o debate. Ainda que ele não apareça de forma tão evidente para todos, os dados e todo debate qualitativo a respeito de segurança pública no Brasil estão mostrando isso.

Enfim, acho que o acúmulo de casos isolados de violência não nos ajudará a estabelecer um panorama a respeito dessa questão. Então, por mais exaustivo que seja o levantamento de casos isolados nos Estados X, Y e Z, isso não nos levará a grandes conclusões. Não é possível fazer política apenas com acúmulo pontual de casos isolados.

Eu gostaria, finalmente, de dizer que a criminalização *a priori* não é um problema da polícia. A criminalização *a priori* é um problema da juventude que morre. E o pior é que quem morre não tem direito a se defender, porque quem morre não fala. O pressuposto é de que quem morre no Brasil é criminoso, e assim tem sido. E as famílias — e aí, mais uma vez, voltamos ao debate da dor, que é o custo



intangível dessa máquina de morte — são as que carregam a cruz da condenação dos seus que já não podem falar.

Então, a criminalização aqui não é um problema da polícia — sejamos bem claros. A criminalização *a priori* é um problema de quem está morrendo; e há muito mais gente morrendo entre os jovens do que entre os policiais. Isso as estatísticas também mostram, e de forma categórica e irrefutável!

Então, eu, claro, vou disponibilizar todos os dados. O que a CPI solicitar a gente pode também rodar no IPEA. Isso não é nenhum problema. A gente disponibiliza tudo que for necessário para que essa discussão seja encarada de forma complexa, qualificada, de modo que aqui a gente possa ter indicadores de política e ações públicas.

Era isso o que eu tinha a dizer. Eu gostaria de agradecer imensamente por poder falar sobre este assunto, e por inúmeros motivos — não só por ser pesquisador dessa área, mas porque este tema me sensibiliza pessoalmente, como homem negro também.

Então, muito obrigado. Obrigado a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em nome da CPI, nós queremos agradecer a presença e a contribuição do senhor aqui. Vamos, com certeza, contar com o senhor nos próximos debates e no encaminhamento da CPI. Muito obrigado pela presença.

Quero passar para o nosso primeiro item da pauta, que é a aprovação das atas. Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias das atas da 3ª e da 4ª Reuniões.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. Nós temos quórum para deliberar a pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, informo que as cópias das atas da 3ª e da 4ª Reuniões Ordinárias da Comissão foram distribuídas.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura das atas. (*Pausa.*)

A pedido do Deputado Beбето, está dispensada a leitura das atas.

Em discussão as atas. (*Pausa.*)



Não havendo quem queira discutir, coloco-as em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como estão.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, só para a gente verificar: parece que no painel nós temos 12 membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Temos 15.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Temos 15?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Temos!

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou pedir para que abram o painel

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Ah, perfeito! O.k. Melhor assim.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Então, conferido, a pedido do Deputado Sóstenes Cavalcante, temos quórum.

Então as atas estão aprovadas.

Requerimentos.

Submeto à apreciação da Comissão os seguintes requerimentos:

Requerimento nº 17, de 2015, da Sra. Rosângela Gomes, que *“requer sejam convidados a participar de audiência pública desta CPI representantes da Conectas Direitos Humanos e do Movimento Reaja.”*

O requerimento é subscrito pelo Deputado Davidson Magalhães.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu subscrevi esse requerimento exatamente porque a nossa Relatora não está presente e pela importância. Na verdade, o acordo tácito que nós fizemos aqui é o de ouvir todos os segmentos. Não vejo por que nos limitarmos a não receber aqui, para audiência pública, a Conectas Direitos Humanos e o Movimento Reaja, dentro dessa expectativa que nós temos aqui de ouvir e debater com os diversos segmentos.

Por isso, defendo aqui esse requerimento da Deputada Rosângela, que acaba de chegar.

Acabei de fazer a defesa do seu requerimento! *(Risos.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contrário à matéria. *(Pausa.)*

Passamos à votação.

Em votação o Requerimento nº 17, de 2015, da Deputada Relatora Rosângela Gomes, subscrito pelo Deputado Davidson Magalhães.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 18, de 2015, do Sr. Jean Wyllys, que *“requer a realização de oitivas de especialistas, representantes de núcleos acadêmicos, lideranças de entidades da sociedade civil e movimentos sociais ligados ao tema da Comissão”*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, que também pediu para subscrever o requerimento do Deputado Jean Wyllys.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Colegas Deputados e Deputadas, vai no mesmo sentido. Nós vamos ouvir todo mundo. Foi citada uma lista de núcleos acadêmicos, lideranças da sociedade civil e movimentos sociais que podem contribuir com esta Comissão, trazendo aqui as suas experiências e todo o levantamento que têm a respeito do tema. É claro que isso aqui precisa de uma adequação ao nosso plano de trabalho, que já foi aprovado, porque é uma lista razoavelmente grande de intelectuais e líderes de movimentos sociais da sociedade civil.

Apenas submeto, com a expectativa de que isso seja incorporado no plano de trabalho, na medida do possível, o conjunto desses intelectuais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, com todo o respeito ao requerimento e até à subscrição dele, ele é vasto e aberto demais com o volume de entidades. Eu acho que nós deveríamos não aprová-lo como um requerimento, porque ele já está na própria essência da própria CPI. Então, entendo que o requerimento em si é por demais aberto, amplo demais, diante da possibilidade de... Daí, a própria Comissão teria que fazer opções em relação ao número de entidades



que está aí estabelecido. Isso fica amplo e perde o foco da própria CPI. Eu acho que isso aí vai ser em prejuízo para os trabalhos de uma Comissão Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, quais seriam? Veio uma relação dessas entidades? Porque, como a gente não tem a relação... É só para se ter uma ideia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - São 28.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Entendi.

Sr. Presidente, como sugestão, nada contra, mas eu acho que o teor... Até para que não fique nenhuma dúvida, eu acho que deveríamos limitar, por se tratar de 28 instituições. Eu acho que é um número um pouco exacerbado. E nós precisamos, até para o andamento da nossa CPI, pensar em limitar e definir. Eu proponho até ao subscritor que nos ajude. Nós queremos aprovar. Eu não teria problema em aprová-lo, desde que fosse limitado o número. Porque 28 é muita coisa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos tentar mediar aqui. Quando nós aprovamos aqui o roteiro de trabalho, decidimos uma estratégia para a Comissão; e pedimos aos nobres Deputados e Deputadas que pudessem apresentar requerimentos, porque, em si, o plano de trabalho não define os convidados. No roteiro de trabalho, a partir das audiências com as entidades da sociedade civil, também tinha um conjunto de entidades. E qual foi o acerto? — só para dialogar aqui com o conjunto de Deputados e Deputadas. O de que, na verdade, a Mesa-Diretora da CPI buscaria agrupar, a partir dos requerimentos aprovados. Não necessariamente todos os requerimentos que forem aprovados nós vamos organizar aqui e vamos promover audiências. Nem oitavas. Há uma condição, do ponto de vista técnico e legal para a gente organizar. Mas é evidente que nós não temos tempo.

Então, eu queria ouvir os Deputados em relação a isso. Eu sei que é um número impossível, mas, se não tiver nenhuma oposição em relação a esse encaminhamento, que a gente pudesse votar, mas tendo o compromisso aqui, junto



com o Relator, de a gente organizar a partir dos temas e convidar. Então, a gente o aprovaria. Mas isso não quer dizer que... Nós falamos isto, que vai depender do plano de trabalho e também da decisão administrativa da Mesa da CPI.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu acho que o encaminhamento de V.Exa. é prudente. Eu não ouvi na fala dos companheiros que me antecederam o óbice da oitiva. Na realidade, o que espantou um pouco foi o quantitativo. Porque você ter um número, eu diria, significativo... E a medida, primeiro, é de metodologia. Como é que você colocaria juntas, numa audiência pública, 30 pessoas? Ela teria pouco sentido. Então, o importante é o seguinte: se não tiver óbice... O conteúdo é que é o importante. A forma, que é a discussão... V.Exa. colocaria... V.Exa. aprova o conteúdo, que seriam esses atores, com a importância deles dentro do plano de trabalho da CPI. E, no momento exato, vai adequando.

Seria para colaborar, já que não se tem óbice em relação ao conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer a sugestão do Deputado Paulão e fazer um acerto de procedimento aqui com a nossa CPI: que nós possamos encaminhar para cada gabinete, a partir do roteiro de trabalho, quais as entidades, os atores, os especialistas que seriam importantes para essa primeira conclusão, que é esse diagnóstico em relação ao tema da CPI. E, a partir daí, os Deputados e as Deputadas poderiam estar indicando membros para participar dessas audiências. É evidente que, tendo-se um conjunto maior de nomes aprovados, isso permite também que a gente possa compor melhor as mesas. Porque eu acho que, pela demanda e pelo desejo da sociedade civil de participar, de contribuir com esta CPI, a gente ter um conjunto maior é melhor para a gente agrupar, porque nós podemos fazer as próximas audiências... Na quinta-feira, por exemplo, nós estamos trabalhando com três linhas de pesquisa, na próxima audiência pública. Então, tendo esse requerimento aprovado, a gente tenta agrupar os especialistas e entidades. Pode ser? *(Pausa.)*

Então, não tendo nenhuma Deputada ou Deputado contrário, passemos à votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado o requerimento.

Pela ordem, Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Apenas para contribuir — e de repente se V.Exa. já puder esclarecer; porque isso eu até solicitei também na outra CPI de que eu estou participando, a do Sistema Carcerário —, estão sendo marcadas várias audiências públicas da CPI. Até houve uma manifestação da Presidência da CPI da PETROBRAS outro dia. Não estando a Casa em sessão deliberativa, abriu-se Ordem do Dia. E os Deputados que estavam lá, inclusive o Presidente, ficaram com faltas — não é meu caso. Mas, quando até o Presidente da CPI abordou o Presidente da Casa, o Presidente da Casa, jocosamente, respondeu: *“Se você quiser, eu te tiro de lá, e aí você não fica com mais falta aqui”*. Então, simplesmente, porque as CPIs poderão — dentro do plano de trabalho tem isso — ter audiências públicas regionais, eu temo que isso às vezes possa esvaziar. Esse ânimo — que é positivo — de ter a Casa cheia para votar pode esvaziar um trabalho que é muito importante seja realizado em campo, até dentro do plano da CPI. Por exemplo: *“Olha, vai-se à Paraíba para ver uma situação”*.

Que V.Exa., que preside a CPI, também leve à Presidência da Casa que Parlamentares que não necessariamente componham a CPI como membros, quando o trabalho da CPI for no seu Estado, possam lá dar uma contribuição para o processo ou para o acompanhamento, já que são Parlamentares representantes, para que pudesse ficar pelo menos justificada a sua ausência do plenário.

Eu estou falando isso exatamente para a gente não ter um esvaziamento. Por exemplo, esta CPI, nos 120 dias, pode ser que vá realizar 15, 20 audiências públicas, que são necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Aí, o Parlamentar vai ser prejudicado; vai-se dizer que ele é um omissor, um fujão, que não está participando da atividade parlamentar. Então, simplesmente, a manifestação de V.Exa. é para...

Regimentalmente, está lá escrito que os trabalhos da CPI são trabalhos da Casa, e que não pode funcionar, junto com o Plenário, qualquer Comissão. Mas uma missão que seja dessa ordem, com audiência pública, é preciso que fique bem esclarecida, para que possa haver o suporte e cada Parlamentar poder acompanhar e participar efetivamente do processo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela questão levantada por V.Exa.

De fato, nós aprovamos, e há vários casos emblemáticos — requerem-se, aí, vários dias —, fazer oitivas nos Estados, as diligências e as audiências. Nós combinamos e até acertamos as datas, já, das quatro primeiras.

Pelo ritmo do trabalho da Casa, nós as estamos marcando para as segundas-feiras — o que, de uma maneira ou outra, vai coincidir com as agendas parlamentares, que são também muito importantes, nos Estados e nas bases. E também para não prejudicar o andamento das nossas atividades aqui em Brasília nós fizemos a opção pelas segundas. Mas é evidente que isso é insuficiente. A gente teria que utilizar, pelo menos, as quintas-feiras. Então, eu vou levar essa questão ao Presidente Eduardo Cunha, para que, no mínimo, a nossa presença seja justificada.

Então, eu acho que a questão de ordem levantada por V.Exa. é importante e pertinente para a continuidade e a conclusão dos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - V.Exa. imagine a sua situação, como Presidente, e a da Relatora, que vão ser os mais ausentes da Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então nós vamos fazer esse encaminhamento.

Em apreciação também o Requerimento nº 19, de 2015, do Sr. Deputado Wilson Filho, que *“requer o deslocamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de realizar audiência pública no prédio da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa”*, que também foi subscrito pelo Deputado Paulão e pelo Deputado Davidson Magalhães.

Passo a palavra para o Deputado Davidson Magalhães, para o encaminhamento do requerimento.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu acho melhor retirar isso de pauta, para nós discutirmos direito essa questão dos Estados, para essa agenda e um plano de trabalho.

Eu só o subscrevi para que o requerimento do colega não ficasse prejudicado. Mas acho que é prudente nós não o discutirmos, porque, se cada um vai botando um Estado e a gente não tem um plano de trabalho... Primeiro, fica chato rejeitar um



Estado; segundo, cria-se uma situação difícil. Então, como ele não está presente, eu gostaria que o requerimento fosse discutido já com a apresentação de um plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na verdade, nós apresentamos um roteiro, e lá estão previstas audiências em todos os Estados. Foi submetido e apreciado por esta CPI um requerimento aprovando já essas audiências em todos os Estados. Em tese, esse requerimento já foi contemplado, porque, como uma CPI tem custos, nós precisamos garantir a sua aprovação, além do roteiro de trabalho, via requerimentos.

Esse requerimento, no geral, foi aprovado, mas, de repente, como o nobre Deputado é do Estado da Paraíba, eu pergunto a V.Exa. se a gente aprova a iniciativa do Deputado, que foi subscrita pelo Deputado Davidson Magalhães.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu acho que a ponderação do colega, veja bem, já que foi aprovado um requerimento generalista, ou seja, com os 27 Estados... Eu acho que a Comissão, principalmente o Presidente e a Relatora, a parte executiva da CPI, deveria ter a sensibilidade — parece que é esse o caminho — de verificar um relatório que já existe, em que se constata os Estados mais violentos. Então, acho que isso seria prioridade, a exemplo do que V.Exa. fez, quando abriu os trabalhos aqui, com os que já estão com datas definidas.

Então, eu acho que o critério — não é que se desmereça nenhum Estado — é verificar quais são os Estados que têm maior violência contra o jovem negro e pobre. Em relação a isso existe um estudo científico. À medida que você tem como referência o estudo científico, você não partidariza, você não beneficia. Eu acho que esse seria um critério mais justo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - De fato, há 8 Estados, de acordo com o *Mapa da Violência*, em que, para cada assassinado jovem branco, temos, no Brasil, infelizmente, nesses Estados, 19 a 20 assassinados negros e pobres. Podemos, então, a partir da sugestão no nobre Deputado Paulão, tomar uma decisão, com a Relatora, de que nós vamos organizar as primeiras audiências nesses 8 Estados. Esse é um critério. Depois, nós vamos aprovando e organizando audiências nos demais Estados.



Nós podemos também dar uma autonomia aos Deputados que queiram fazer, nos seus Estados, uma subcoordenação. A gente indicaria os coordenadores e também os sub-relatores. Todos aqueles que pertencem à CPI e que são dos Estados ficariam responsáveis por fazer audiências, a partir de um roteiro que nós já definimos, que é coletivo e que foi definido pelos colegas. Eles teriam autonomia de organizar as audiências e teriam a responsabilidade de encaminhar um sub-relatório — o que não é um relatório.

Esse seria outro método — por quê? A partir do prazo que nós temos, é difícil tanto para a Relatora como para os membros da Mesa, Presidente e Vice, estarem presentes. Mas, se a gente organizar dessa forma, é possível a Comissão também mobilizar e envolver os Estados.

Da minha parte — uma opinião pessoal —, eu acho esse método interessante, porque o nobre Deputado lá está atuando, conhece as diretrizes e também seria um sub-relator. Ele vai aqui trazer uma contribuição, um olhar do seu Estado. É evidente que isso será submetido à Relatora e, depois, submetido ao Plenário.

Então, se isso for uma compreensão, a gente poderia, na próxima semana, olhando os membros de cada Estado, combinar os coordenadores e os sub-relatores, para que a gente pudesse dar até mais visibilidade também à CPI. Eu acho que isso daria uma dinâmica maior, envolveria mais atores, e é evidente que os Deputados e as Deputadas que estão participando aqui estão comprometidos com o tema.

Os 8 Estados que têm um índice assustador, estarrecedor, de 1 para 20, ou, então, os Estados também que têm uma média muito superior à de 29 a cada 100 mil habitantes, esses também poderiam ter outro critério de prioridade, para que a Relatora e a Mesa Diretora sempre pudessem estar presentes.

Passo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Deputado Reginaldo, eu concordo e acho que isso dá um dinamismo e visibilidade maior ao que nós estamos fazendo.

Eu só tenho uma preocupação com relação a quando se listar esses 8 Estados, porque, salvo melhor juízo, se a base for o relatório do professor que



esteve conosco na semana passada — eu, casualmente, vim aqui hoje, lendo-o, com muita atenção, no voo —, eu acho que o Estado do Rio de Janeiro ficaria de fora. Apesar de ele ser um Estado ranqueado lá embaixo em mortos a cada 100 mil, acho que ele tem uma transcendência diferenciada dos demais Estados, apesar de não estar nem entre os 10.

Causam-me causa estranheza, honestamente — e está aqui a Deputada Benedita da Silva, que é do meu Estado —, aqueles números ali. É o que eu venho falando, desde o primeiro dia, nesta CPI: não tenho confiança nesses números. Até o professor mesmo já falou deles, na semana passada.

Eu gostaria só de pedir uma atenção diferenciada, com respeito a todos os demais colegas de outros Estados: decidindo-se que seriam 8 Estados, que deem uma atenção especial ao meu Estado do Rio de Janeiro, porque este assunto é muito sério por lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Inclusive, nós já marcamos para o Estado do Rio Janeiro... Porque, como houve aprovação de requerimento específico, a partir do assassinato da criança Eduardo Ferreira de Jesus, no Morro do Alemão, nós marcamos uma diligência, a oitiva e a audiência, para o dia 4 de maio. Nós vamos iniciar pelo Rio de Janeiro. Nós marcamos 4; depois, 11; e, depois, 18.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Gostaria só — e eu não sei quantos, eu não vi ali quantos do Estado do Rio — que nos fosse comunicado o horário, até porque, como bons cariocas que somos — não é, não, Deputada Benedita da Silva? —, nós queremos receber lá com todas as honras que esta Presidência merece. Queremos fazer questão de acompanhar.

Desculpe-me, Deputada Rosângela Gomes, nossa Relatora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em 4 de maio.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - É porque a Benedita estava aqui, e a Rosângela — desculpe-me. Vi que você estava com o rostinho de quem está com todo o gosto, mas que muito bem representa o nosso Estado. A nossa nobre Relatora representa a Baixada Fluminense, que é um dos lugares que mais têm essa problemática. Você já me desculpou ou ainda tenho que pedir outra vez?



A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Não. V.Exa. está correto, quando diz que não confia nos indicadores. Eu acho que essa foi uma das primeiras perguntas que fiz ao Dr. Júlio, com relação a por onde ele se baseia para fazer as pesquisas dele, que é no DATASUS, e não nos dados da Secretaria de Segurança. Porque, como já falei aqui, quando você vai ao IML falar com os técnicos do IML, por exemplo, em Nova Iguaçu, eles colocam que todos os dias morre um Juan em Nova Iguaçu. Isso só na minha cidade. E são 92 cidades.

E, com relação aos subgrupos, Presidente, e às sub-relatorias, eu gostaria, como estou com muita vontade de acompanhar em todos os Estados, que não haja comprometimento com a eficácia do relatório. Nada contra fazer os grupos de temáticas. Estaremos juntos. E você pode ter certeza, Deputado Sóstenes, de que tanto da parte do Presidente quanto da nossa parte nós iremos construir as audiências nos Estados com os respectivos Deputados, fazendo-o de forma consensual, avisada, planejada, para que não haja nenhum tipo de desinformação que comprometa a qualidade do nosso trabalho. Essa é a nossa preocupação, que eu também acredito que seja a preocupação do nobre Presidente, que, de forma bastante devotada e dedicada, vem tocando os trabalhos aqui. Mas faço coro às suas palavras.

Eu acho que o problema hoje de assassinato dos jovens negros e pobres, infelizmente, é uma coisa que clama em todos os Estados. É por isto que esta CPI vem trabalhando de forma bastante precisa, para que a gente possa, num futuro bem próximo, encontrar a solução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Rosângela.

Só para responder à questão de ordem do Deputado Sóstenes Cavalcante, nós temos quatro membros do Rio de Janeiro na CPI: a Deputada Rosângela Gomes, do PRB, nossa Relatora; Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro; V.Exa., Deputado Sóstenes Cavalcante, do PSD do Rio; e o Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro. Então, são quatro membros.

Eu fiquei aqui, de repente, nessa questão, de dar também uma liberdade maior, porque nós já aprovamos os seminários estaduais. E, de repente, isso vem como... Eu acho que, se a gente conseguir estar presente — e eu vou tentar estar presente em todas as audiências nos Estados; e a Relatora também se



comprometeu... Mas, de repente, a gente poderia chamar isso, talvez, não de uma sub-relatoria, Relatora, mas de uma carta do Estado. Nós nomeamos uma coordenação, e o sub-relator pode trazer uma carta. Ele traz uma carta da realidade das preocupações e das proposições. E, como é uma reunião formal da CPI, porque nós aprovamos aqui um roteiro e aprovamos um requerimento com a proposição de fazer audiências em todos os Estados, nós vamos evidentemente anexar isso ao relatório. É evidente que isso vai ser parte do relatório, mas não das conclusões do relatório. Essas cartas dos Estados vão evidentemente subsidiar a conclusão do relatório.

Então, a partir daí, eu acho que a gente prioriza e também dá maior visibilidade à CPI e consegue também trazer o olhar do País, todo o olhar, através de suas lideranças, através dos diversos Parlamentares. E ao mesmo tempo, isso vai ajudar para que a gente tenha uma ótima conclusão final do nosso trabalho.

Então, nesse sentido, eu acho que poderiam esses relatórios, na verdade, sub-relatórios dos Estados, servir como uma carta do Estado, com algumas recomendações e alguma análise em relação à violência em cada Estado brasileiro, para que a gente pudesse somar e, no final, V.Exa. pudesse ter subsídios para estar propondo várias ações.

Então, nesse sentido, quanto ao requerimento do Deputado Wilson Filho, nós vamos estar retirando-o de pauta. Entendemos que ele já foi contemplado, porque nós já aprovamos requerimento propondo audiência em todos os Estados brasileiros.

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, é só a título de contribuição. Nós deveríamos, no caso da ida aos Estados, também notificar as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, porque tem muitas Comissões de Direitos Humanos nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas. É apenas para notificar que a Comissão estará presente na data tal, como convite, que eles, às vezes, nos acompanham nas audiências que nós possamos ter.

Por outro lado, também é importante para ajudar no relatório uma contribuição que passe pelo institucional do Governo do Estado, do Instituto Médico Legal



daquele Estado, que passe também pela delegacia... Todo e qualquer registro, além de vítimas reconhecidas que estarão em audiência, convidadas por nós a virem aqui, ou aquelas com quem nós estaremos falando nos respectivos Estados.

A OAB tem sido grande parceira nessas visitas que fazemos. Ela pode até abrir os espaços dela para as nossas audiências, além das Assembleias Legislativas. Se nós pudermos fazer contato com a OAB, que ela também tem lá as suas comissões, ela abre para essas audiências e pode convidar quem nós acharmos... Até da sociedade civil, se for o caso, para ter essas audiências públicas nesses espaços da OAB, da Assembleia Legislativa. E visitar também, se possível, solicitar a visita, para que nós possamos, a Comissão, ser recebidos. Em geral, eles mandam o Secretário de Segurança nos receber; mas seria também interessante sermos recebidos pelo órgão governamental. No caso, o Governador do Estado pode delegar ao Secretário de Segurança, ao Secretário de Direitos Humanos do Estado, o que sempre é bom. Eles abrem esses espaços, e, em abrindo espaço, também eles abrem informações não privilegiadas, evidentemente, porque respeitadas as suas competências, mas que ajudam muito nos relatórios. Digo isso independentemente de estarmos como coordenadores ou sub-relatores, porque é a título de contribuição.

Como o Deputado Sóstenes falou, é interessante que nós também ajudemos na preparação no Estado a que a Comissão estiver indo, para que nós possamos ter os maiores espaços abertos possíveis de interesse da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, vamos para os encaminhamentos aqui.

No dia 4 de maio, então, nós vamos nos organizar no Rio de Janeiro, o dia todo. É uma segunda-feira. Eu queria solicitar que... Então, eu acho que poderiam ficar responsáveis os Deputados do Estado do Rio de Janeiro que são membros desta Comissão.

Então, quem puder organizar uma proposta para apresentar à Mesa da CPI... Ficariam com a responsabilidade a Deputada Benedita da Silva, o Deputado Sóstenes, a Deputada Rosângela e o Deputado Jean Wyllys. Mas a Deputada Rosângela Gomes é nossa Relatora. Então, os três Deputados poderiam estar junto com a Deputada Rosângela Gomes, apresentando todo um roteiro. A ideia é de que



a gente possa ir à comunidade, possa fazer uma atividade de audiência no Morro do Alemão e também na Assembleia Legislativa. Aí, depois, vocês poderiam organizar um roteiro, para a gente visitar algum órgão de segurança pública. A ideia é também de trazer a informação de como está o inquérito sobre a morte do Eduardo de Jesus Ferreira. Então, aí vocês organizariam... Estão então designados como responsáveis por essa primeira audiência e diligência no Estado do Rio de Janeiro — o.k.?

Então, não havendo nada mais a tratar, eu quero encerrar a nossa reunião e convocar reunião ordinária e audiência pública para quinta-feira, dia 16, às 9h30min, com plenário a combinar. Nós vamos ter a presença aqui dos convidados que foram aprovados por esta CPI, e também vamos fazer uma reunião deliberativa de requerimentos.

Então, muito obrigado aos Deputados e Deputadas, aos assessores, a todos os convidados e à imprensa local.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.